

Território do emprego e gênero em Porto Nacional (TO): perspectivas e realidades¹

Territory of employment and gender in Porto Nacional (TO): perspectives and realities

Roberto de Souza Santos

Universidade Federal do Tocantins – Campus Porto Nacional
robertosantos@uft.edu.br

Tatieli Pereira Dias

Universidade Federal do Tocantins – Campus Porto Nacional
thatydias063@gmail.com

Resumo

A pesquisa foi executada no município de Porto Nacional (TO) localizado a 52 km da capital Palmas, na Microrregião de Porto Nacional. Procurou abordar e analisar a estrutura do emprego e gênero, enfatizando as perspectivas e realidades para a compreensão da dimensão socioeconômica do emprego. Foi necessário fazer uma discussão sobre o conceito de gênero e território, pautado em autores que possam dar sustentação teórica ao objeto em análise. Os procedimentos metodológicos da pesquisa basearam na pesquisa de campo e bibliográfica, análise de dados estatísticos de fontes primárias e secundárias com o intuito de fornecer subsídios para a análise e estruturação da pesquisa. A relação territorial destacada aqui envolve a compreensão da dimensão socioeconômica da construção da territorialidade do emprego e do mercado de trabalho e gênero na cidade de Porto Nacional–TO. Para a viabilização da pesquisa proposta, foi necessário ter uma noção teórica do gênero dentro da ciência geográfica.

Palavras-chave: Gênero. Emprego. Mercado de trabalho. Território.

Abstract

The research was carried out in the municipality of Porto Nacional (TO) located 52 km from the capital Palmas, in the Microregion of Porto Nacional. It sought to address and analyze the structure of employment and gender, emphasizing perspectives and realities for understanding the socioeconomic

¹ A primeira versão desta pesquisa foi apresentada no III Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura da Universidade Federal de Tocantins – UFT. Neste sentido, o presente texto foi revisado e ampliado pelos autores.

dimension of employment. It was necessary to make a discussion about the concept of gender and territory, based on authors that can give theoretical support to the object under analysis. The methodological procedures of the research were based on field and bibliographic research, analysis of statistical data of primary and secondary sources with the purpose of providing subsidies for the analysis and structuring of the research. The territorial relationship highlighted here involves the understanding of the socioeconomic dimension of the construction of territoriality of employment and the labor market and gender in the city of Porto Nacional-TO. For the feasibility of the proposed research, it was necessary to have a theoretical notion of the genre within geographic science.

Keywords: Gender. Employment. Labor market. Territory.

Introdução

O objetivo geral da pesquisa é compreender o desempenho e dinâmica do emprego e gênero entre 1990 e 2016 com apoio de dados estatísticos do IBGE e PNUD que foram expostos na forma de tabelas, gráficos e entrevistas com líderes sindicais e elaboração de revisão bibliográfica e teórico-metodológica sobre tema abordado em Porto Nacional-TO.

O objeto geral se decompõe nos seguintes objetivos específicos: levantar dados estatísticos sobre o emprego e gênero através do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística e no Atlas de Desenvolvimento Humano de 1990 e 2016. Visitar as associações sindicais das trabalhadoras do setor comercial e do setor público municipal e estadual em Porto Nacional-TO, e realização de entrevistas com as líderes sindicais. Elaboração de uma revisão bibliográfica e teórico-metodológica sobre gênero e território. Analisar o desempenho e a dinâmica do emprego e gênero em Porto Nacional entre 1990 e 2016. Observar as tendências da oferta de emprego e gênero em Porto Nacional-TO.

Foi realizada uma visita ao sindicato das trabalhadoras do setor comercial do setor público municipal e estadual em Porto Nacional – TO, com aplicação de entrevistas com as líderes sindicais. Fez-se uma análise de dados estatísticos proveniente de bancos de dados digital do IBGE e PNUD sobre o emprego e gênero entre 1990 e 2016, com elaboração de tabelas e gráficos no Excel sobre o desempenho e evolução da oferta de emprego/gênero que permitiu ter uma interpretação eficaz e crítica da realidade social e econômica das trabalhadoras.

Acreditando na relevância da pesquisa, espera-se que a mesma possa dar uma contribuição significativa para o conhecimento da territorialidade do mercado de trabalho do gênero feminino em Porto Nacional-TO.

A análise crítica e coerente da dinâmica, desempenho e a evolução do emprego/gênero em Porto Nacional, foram possíveis a partir do referencial teórico-metodológico trabalhado. O levantamento de dados estatísticos foi importante para observar a evolução e as tendências da oferta de emprego/gênero.

Apontamentos teóricos

Um dos objetos de estudo da ciência geográfica é o território que é conceituado como uma categoria que possibilita o entendimento das relações de poder e o espaço que possui definição complexa, modificado pelo homem ao longo da história e transformado pela sociedade.

Raffestin (1993, p. 143) explica que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço.

Raffestin procura explicar a diferença entre espaço e território que em alguns momentos se torna confuso, o que demonstra a necessidade de maiores estudos acerca de seus conceitos teórico-metodológicos. Em sua análise teórica, a diferença entre espaço e território, é que o espaço é anterior ao território, ou seja, o território é uma construção do trabalho humano juntamente com a infraestrutura e comunicações e as redes sobre o espaço. De acordo com Souza, (2003) os territórios são relações sociais, projetadas no espaço (concreto) que configuram substratos materiais da territorialidade, que podem ter o caráter permanente ou periódico. Para o autor, a territorialidade no singular seriam as relações de poder, delimitadas em um substrato referencial (espaço). Já as territorialidades abarcam propriedades dinâmicas, através da interação da sociedade pelo espaço.

Do ponto de vista da jurisdição político-administrativo, o conceito de território é definido por diversos estudiosos, e se baseia em uma divisão administrativa, que ocorre por meio de relações de poder caracterizando-se como território. Seguindo esta linha de raciocínio, Haesbaert (2004), aborda que a palavra território ou *territorium* em latim deriva etimologicamente do vocábulo latino terra, e foi utilizada pelo sistema jurídico romano como o pedaço de terra apropriado dentro de uma jurisdição político-administrativa.

O conceito de território na geografia se tornou uma da categoria conceitual do pensamento geográfico, pois agrega valor ao espaço ligado as relações sociais do concreto ao abstrato. A concepção de poder político se torna parte do território a partir dessa relação, abordando, contudo, os conflitos sociais por uma classe dominante.

No que diz respeito à dimensão e gênero e território, Silva (2007, p. 123), aborda que “o território possui suas diferenciações internas e, no território conquistado pela força masculina, também existe o espaço do outro – o feminino”. Nessa perspectiva, o outro não está necessariamente fora, mas, embora capturado e oprimido, e exercem uma pressão para influenciar a ordem estabelecida. Portanto, o feminino é também elemento do território do conquistador masculino. Para a referida autora “as geógrafas feministas argumentam a impossibilidade de trabalhar as categorias (nós e outros) sem estabelecer a interdependência entre elas e adotam a perspectiva de 'centro', posicionando o sujeito com força hegemônica e 'margem', constituindo os oprimidos”. É o jogo tenso entre centro e margem que rearticula os sujeitos sociais no território.

Ou seja, o território deve ser analisado vislumbrando a sua dimensão de gênero. Segundo Scott (1995, p. 75), na sua utilização mais simples, “gênero” é sinônimo de “mulheres”. Mas esse é apenas um aspecto. O termo “gênero” é o termo utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre homens, que um implica o estudo do outro.

Para Garcia (2004, p.35)

Significa também que o gênero condiciona a maneira como as pessoas experimentam o mundo, como interagem com os outros e quais oportunidades ou privilégios são oferecidos e negados. Neste sentido, um dos elementos fundamentais das relações de gênero é a maneira como se concretizam as relações de poder numa determinada formação social através da opressão (exploração, discriminação, marginalização, violência) e do

privilegio (o poder sobre os outros). Todo isso caminha em um único sentido: questionarmos a respeito da diferente posição que homens e mulheres têm ocupado nos processos de produção do conhecimento. (Garcia, 2004, p.35).

Garcia (2004) reconhece a necessidade de questionar a produção do conhecimento a respeito do espaço e gênero, isso significa dizer que a ciência geográfica deve debruçar suas energias para compreensão do território em sua perspectiva de gênero. O termo gênero discutido por diversos estudiosos bem como o trabalho feminino, tem ganhado relevo nas últimas décadas, favorecendo a mobilização das mulheres com importantes participações em todos os segmentos sociais, o que mostra que relações de gênero conduzem as relações igualitárias tanto em casa, quanto no trabalho e na sociedade.

Para Oliveira; Belchior (2009, p. 28), os desdobramentos teóricos sobre o trabalho da mulher caminharam no sentido da formulação do conceito de relações sociais e gênero. Segundo essa abordagem, a dimensão de gênero integra as relações sociais, refletindo-se tanto em práticas concretas de vida como nas representações sociais. Desse modo, homens e mulheres vivenciam um cotidiano bastante diferenciado, mesmo fazendo parte de lugares semelhantes na estrutura de classes, ou participando de uma mesma categoria ocupacional. O conteúdo de gênero está presente no mundo do trabalho, assim como em todas as outras instâncias da sociedade, e designa à mulher um lugar subordinado.

Ainda de acordo com Oliveira; Belchior (2009, p.28), a relação entre trabalho e gênero se modificou consideravelmente em resposta às transformações ocorridas na condição feminina durante as três últimas décadas do século XX. As mulheres brasileiras passaram a se alocar em ocupações que antes eram consideradas como redutos masculinos, assim como galgaram posições de comando na hierarquia ocupacional. Algumas profissões como as das áreas do direito e da medicina, se feminizaram ao mesmo tempo, em que as mulheres foram ocupando lugares no mercado financeiro e na área tecnológica.

O mundo dominado pelas relações de poder determina a formação social, as crenças, os valores e a cultura global. Essas relações de poder ainda podem ser consideradas como formas ou até mesmo estratégias escondidas na sociedade capitalista, em relação à desigualdade no que se refere às diferentes posições ocupadas no campo do conhecimento e produção do mercado de trabalho. A presença da mulher

no mercado de trabalho e no produção do conhecimento tem se tornado cada vez mais significativa.

De acordo com Costa (2013), as relações sociais especializam-se como práticas sócio-espaciais produzindo um espaço marcado pelas relações desiguais e de poder estabelecidas pelos sujeitos e pelas classes sociais ao longo da história. Nesse sentido, a geografia busca estudar tais relações de poder e sua produção no espaço na tentativa de compreender e explicar esse processo que perdura ao longo da história, obtendo assim, um avanço na compreensão das relações de poder. Costa (2013), explica ainda que, os estudos de Geografia sempre estiveram interessados nas relações de poder, seja para afirmá-lo como o fez a Nova Geografia, ou para questioná-lo propondo outras formas de empoderamento, como propõe a Geografia Crítica.

Fernandes (2013), afirma que, os termos homem e mulher possuem pesos/poderes diferentes. Cita um exemplo disso – que é a construção lingüística que designou o significado social para a mulher – meretriz ou reprodutora. É possível observar a partir desse significado social atribuído à mulher e seu papel na sociedade capitalista, que, não existe outra função social que possa ser desenvolvida pela mesma.

No entanto, essa afirmação e designo dado à mulher, se configura e evidencia a exploração machista e a submissão à ordem imposta à mulher ao assumir um papel no mercado de trabalho precarizado, com jornadas duplas e triplas. Esta condição camufla o agravamento do quadro de exploração da mesma, em relação à sua inserção no mercado de trabalho que é vista como uma forma de emancipação, de conquistas de espaço e de poder, pela sociedade capitalista. A inserção da mulher no mercado de trabalho que poderia dizer que é “permitida”, no entanto, não é reconhecida e nem valorizada.

Segundo Saffioti (2004, p. 35-6)

As barreiras que a sociedade de classes coloca à integração social da mulher, todavia não apresenta, no processo de seu aparecimento e vigência, muita uniformidade. Na medida em que esses obstáculos são regulados pelas necessidades que porventura tenham as mulheres de se realizar através do trabalho, as oportunidades sociais oferecidas aos contingentes femininos variam em função da fase de desenvolvimento do tipo social em questão ou, ou em outros termos, do estágio de desenvolvimento atingido por suas forças produtivas.

Diante desta colocação é possível afirmar que as condições sociais de trabalho da mulher na sociedade capitalista, está diretamente ligado ao estágio de desenvolvimento econômico. Perante a esta situação, os pesquisadores têm que repensar o papel da mulher na sociedade. Fernandes (2013) enfatiza que a construção de uma sociedade igualitária através de semelhanças, diferenças e multiplicidades, é uma discussão que alcança todos os níveis da sociedade. É a partir deste referencial teórico-metodológico que foi trabalhado os dados primários e secundários do objeto em análise.

Resultados e discussão

Um dos propósitos da pesquisa foi trabalhar o conceitos gênero e território para compreender a estrutura do emprego e gênero com ênfase no espaço urbano onde a presença do mercado de trabalho feminino é maior. Os dados da PNUD revelam que, a população feminina em Porto Nacional - TO superou a masculina entre 1991 e 2010. A população urbana também cresceu de forma significativa de 79,48% em 1991 para 86,34% em 2010, conforme ilustra o quadro nº 01. O propósito de dar ênfase a população urbana e não rural se justifica pelo fato de que cada vez mais a população rural diminui conforme demonstra o quadro 01. No quadro 01, pode-se observar ainda que a tendência da população feminina é aumentar no município. Entre 1991 e 2010, a tendência foi aumentar. Isso indica que a população feminina será maior no mercado de trabalho.

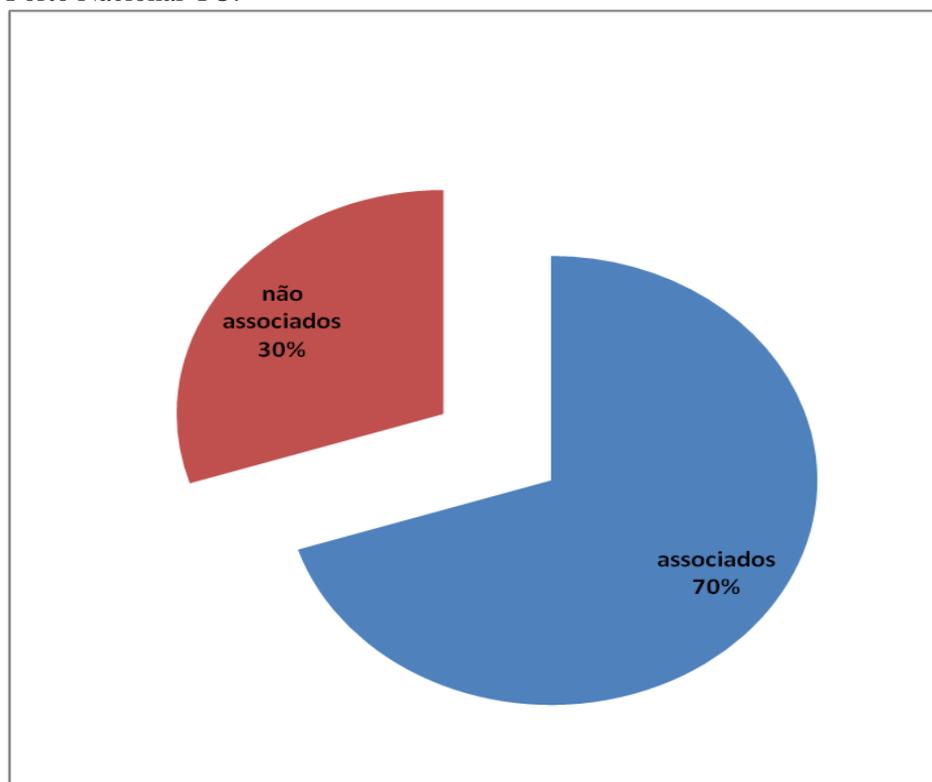
Quadro 01. População Total, por Gênero, Rural/Urbana - Porto Nacional – TO

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População	43.325	100,00	44.991	100,00	49.146	100,00
Homens	21.772	50,25	22.479	49,96	24.517	49,89
Mulheres	21.553	49,75	22.512	50,04	24.629	50,11
Urbana	34.436	79,48	38.766	86,16	42.435	86,34
Rural	8.889	20,52	6.225	13,84	6.711	13,66

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2013. PNUD, IPEA e FJP. Organizado por Santos e Dias (2016).

Entretanto, mesmo que a população feminina aumenta o acesso das mulheres no mercado de trabalho, ainda encontra barreiras. Para compreender estas barreiras e desafios da pesquisa, realizou-se a aplicação de entrevistas com líderes dos sindicatos dos trabalhadores do setor comercial e educacional na esfera estadual e municipal de Porto Nacional – TO. Analisou-se a proporção de trabalhadores associados ao Sindicato do Comércio (fundado em 29 de Maio de 1988) e observou-se que a maioria dos trabalhadores é associada, com um total de 70% segundo dados do presidente do sindicato. Portanto, usufruem dos serviços prestados pelo sindicato, como: garantias trabalhistas, assessoria jurídica, plano de saúde, clube social entre outros, diferentemente dos 30% que não são associados, conforme mostra o gráfico nº 1.

Gráfico 1. Proporção de trabalhadores associados ao Sindicato do Comércio de Porto Nacional-TO.

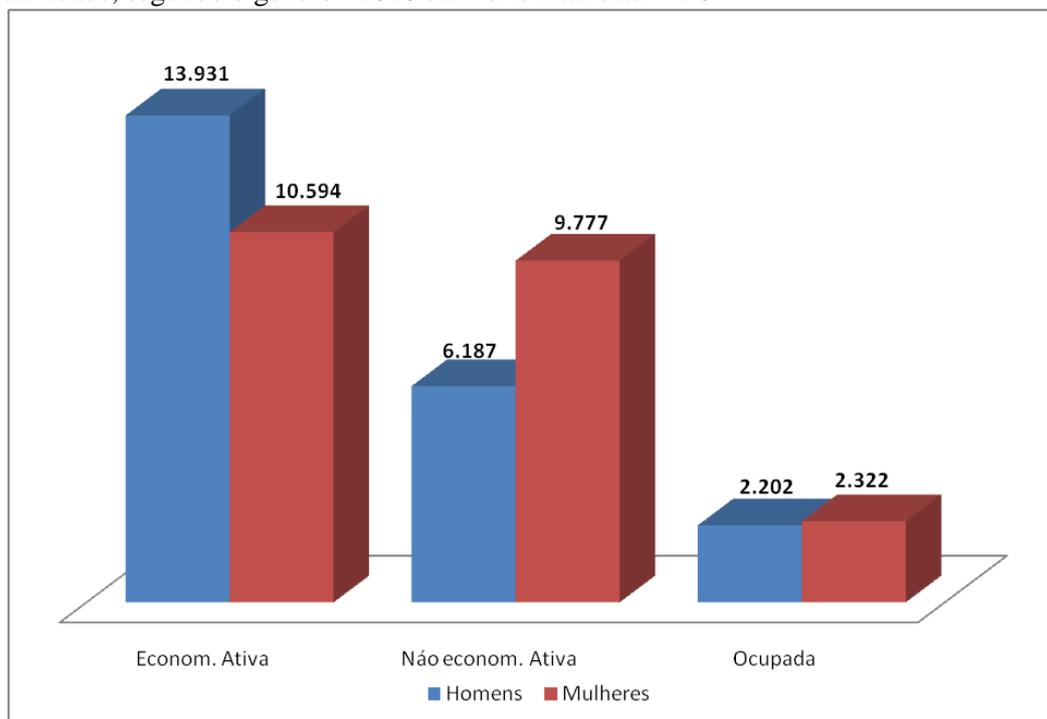


Fonte: Sindicato do Comércio de Porto Nacional-TO. Organizado por Dias (2016).

O presidente do Sindicato do Comércio de Porto Nacional, não apresentou números sobre um possível crescimento considerável da mulher no mercado de trabalho, mas, acredita que a participação desta tem aumentado a cada dia e que há tendência de aumentar a cada ano. Tendo em vista que as mulheres são a maioria da

população e tem se preparado cada vez mais para ingressar no mercado de trabalho. Mesmo que o mercado tenha buscado pessoas preparadas para atuar nas mais diversas áreas, em muitos casos tem encontrado nas mulheres a preparação e a dedicação necessária. No entanto, apesar das mulheres serem a maioria na população de 10 anos ou mais de idade, elas ainda são a minoria da população economicamente ativa, representando assim a maioria na população não economicamente ativa, conforme demonstra o gráfico 02. Em Porto Nacional-TO o total da população feminina não economicamente ativa é da ordem de 9.777, enquanto o total da população masculina é de 6.187, conforme demonstra os dados do IBGE, exposto no gráfico n° 2.

Gráfico 2. Distribuição da população com 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade, segundo o gênero - 2010 em Porto Nacional – TO.

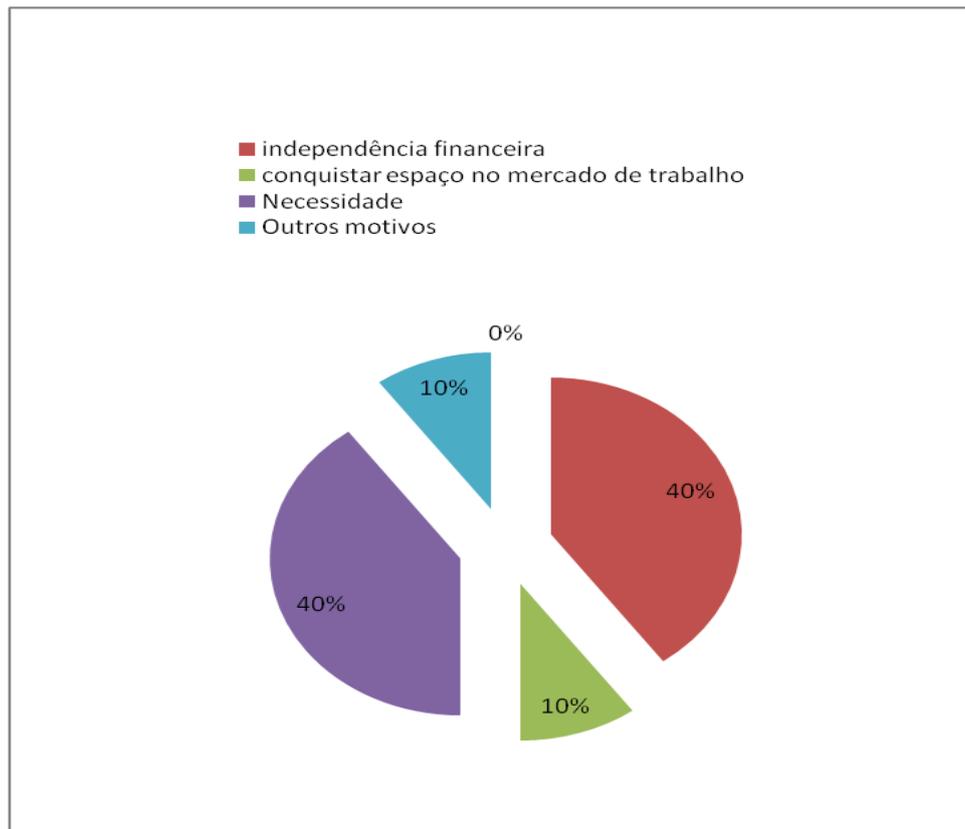


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Organizado por Santos e Dias (2016).

Procurou-se saber também quais os motivos que levam uma mulher a se inserir no mercado de trabalho. Os dados da pesquisa realizada no Sindicato do Comércio de Porto Nacional – TO revelaram que, são vários os motivos que levam a mulher a se inserir no mercado de trabalho. Entre eles, a independência financeira com 40%, conquista do próprio espaço no mercado com cerca de 10%, também por necessidade como forma de agregar a renda da família com 40%, e por outros motivos que não

foram especificados na entrevista com um total de 10% conforme demonstra o gráfico n° 03. O fato de 40% das mulheres ingressam no mercado de trabalho por necessidade, indica que grande parcela de mulheres passam pela condição de chefes de família e por isso, há necessidade, de trabalhar para sustentar os filhos.

Gráfico 3. Motivos que levam uma mulher a se inserir no mercado de trabalho em Porto Nacional - TO

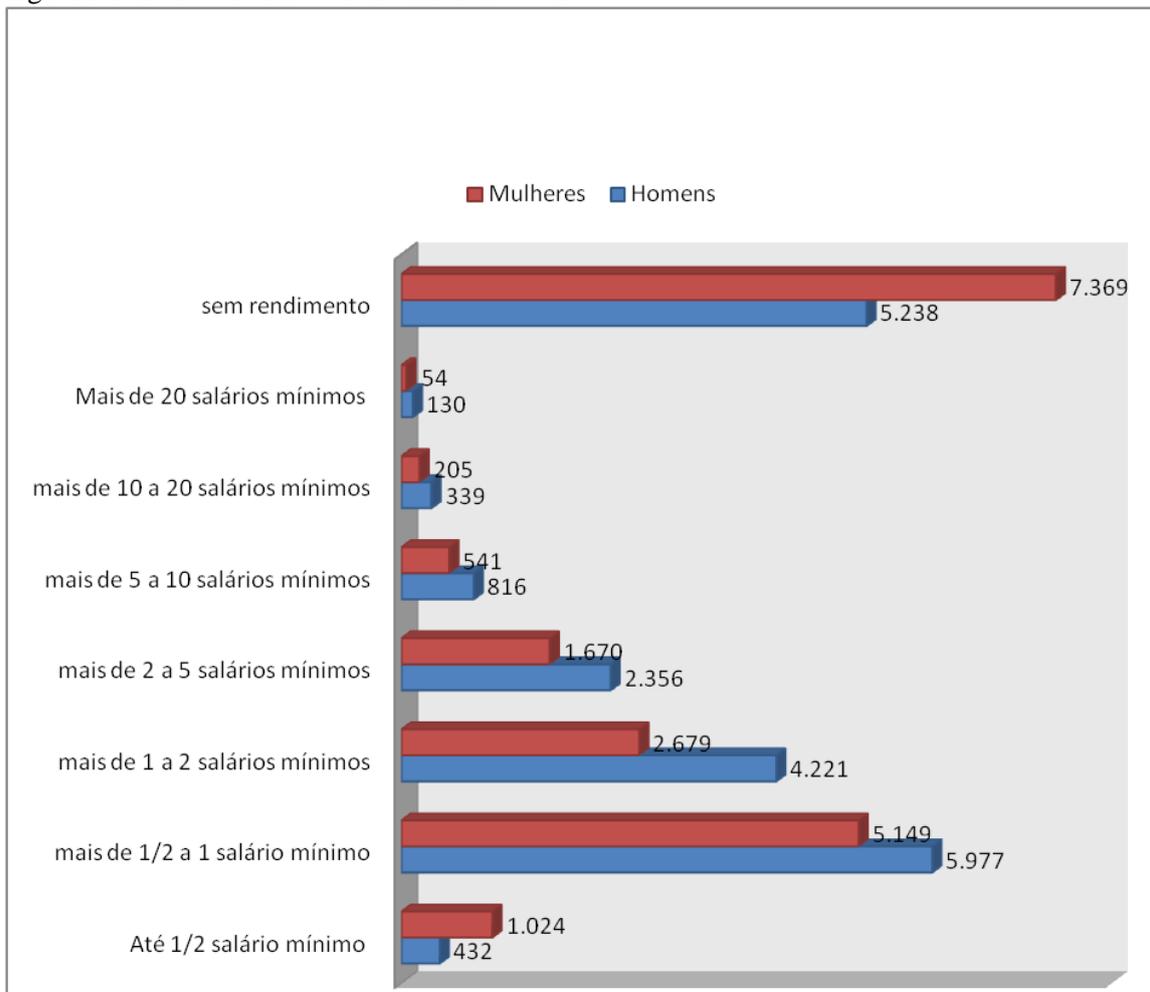


Fonte: Sindicato do Comércio de Porto Nacional-TO. Organizado por Santos e Dias (2016).

A pesquisa buscou ainda saber qual é o rendimento médio das mulheres em relação aos homens de acordo com os dados do IBGE de 2010. Observou-se que das pessoas com 10 anos ou mais de idade, há um total de mais 7 mil mulheres sem rendimento, é superior à quantidade de homens com um total de mais de 5 mil sem rendimento. Nota-se também que, a quantidade de homens com mais de 20 salários mínimos foi de 130, enquanto que o de mulheres foi de apenas 54 para o ano de 2010, conforme demonstra o gráfico n° 4. Esse cenário evidencia a má distribuição de renda segundo o gênero. Diante disso, os dados colhidos na entrevista com o Sindicato confirmaram que, os homens ainda recebem mais que as mulheres. No gráfico ainda é

possível perceber que em todos os níveis de quantidade de salários do público feminino, a participação do homem é maior do que os das mulheres. Entretanto, no nível de até 1/2 salário mínimo, a participação da mulher é maior, ou seja, a participação da mulher no mercado de trabalho é maior, quando se trata dos menores rendimentos.

Gráfico 4. Pessoas de 10 anos ou mais de idade por classe de rendimento nominal mensal segundo o sexo – 2010 em Porto Nacional – TO

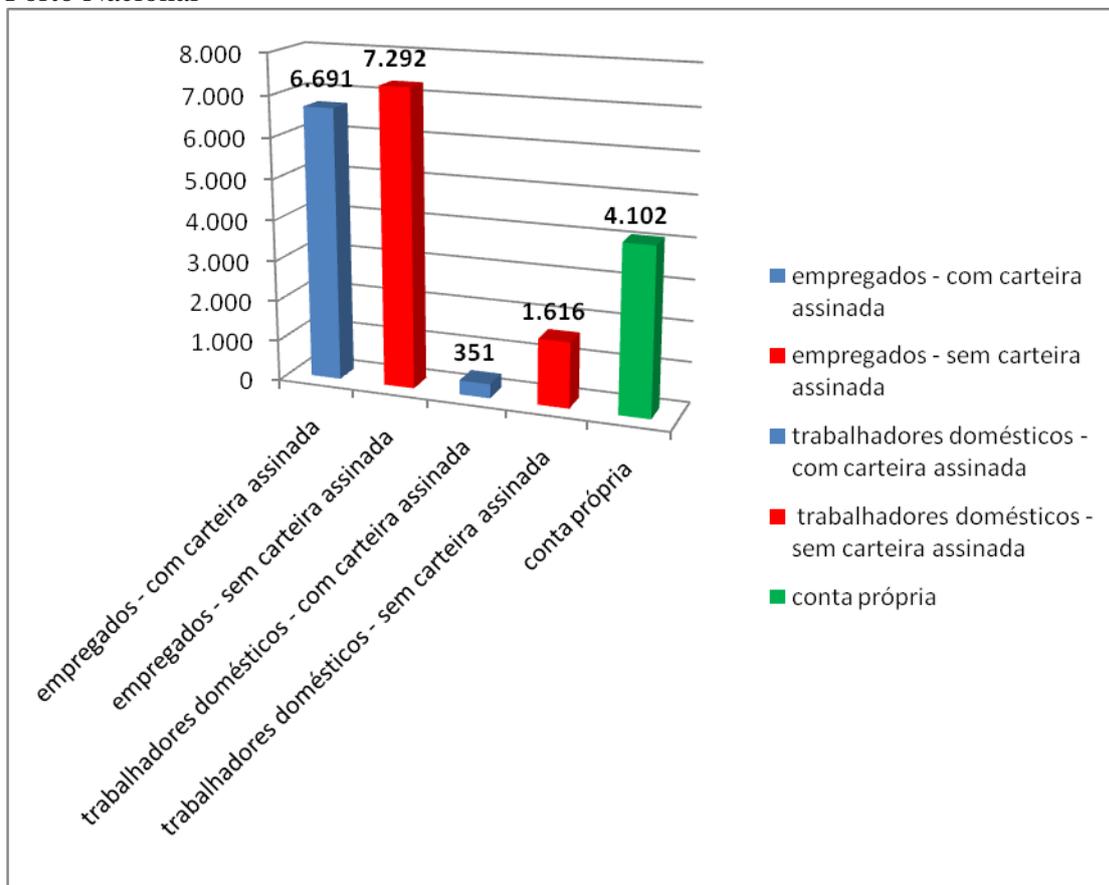


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Organizado por Santos e Dias (2016).

No que diz respeito a questão da proporção de trabalhadores com e sem carteira de trabalho assinada, buscou-se considerar os grupamentos de atividades nos quais os mesmos estavam ocupados de acordo com o IBGE de 2010. Os resultados mostram que no quesito empregado sem carteira assinada, tanto homens quanto mulheres representam o número maior, com um total de 7.292. O total de trabalhadores domésticos sem carteira assinada em Porto Nacional é cerca de 1.616, muito superior ao

total de trabalhadores com carteira assinada que é da ordem de 351, o que demonstra alto número de trabalhadores na informalidade, conforme o exposto no gráfico nº 5.

Gráfico 5. Distribuição de trabalhadores com e sem carteira de trabalho assinada em Porto Nacional



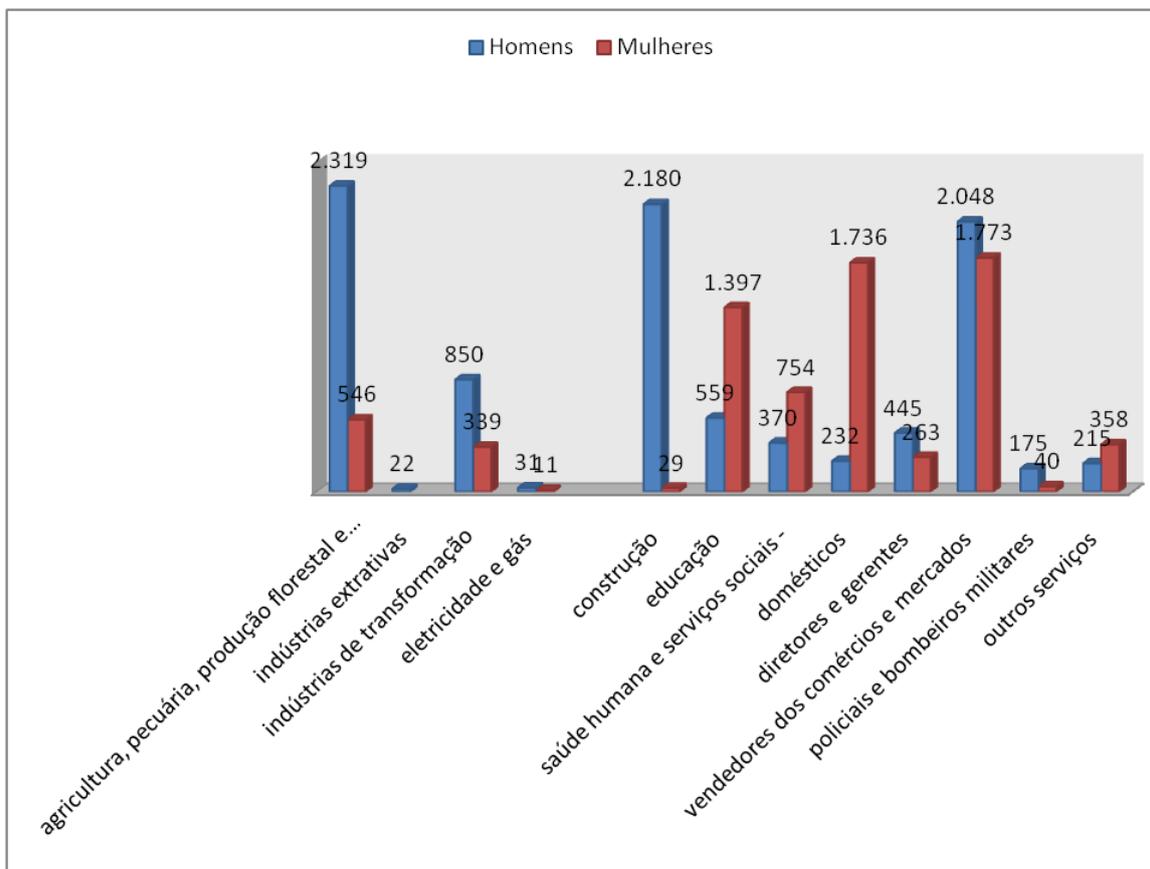
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. . Organizado por Santos e Dias (2016).

Segundo dados do sindicato do comércio em Porto Nacional, o rendimento médio das mulheres trabalhadoras se configura em média em um total de 1.500 reais, depois do plano de carreira, onde se tem um total de 30% das trabalhadoras com qualificação profissional. Embora, houve uma melhora do salário das trabalhadoras da esfera municipal, com a implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração – PCCR através da Lei nº 2045 de 9 de Abril de 2012, ainda não é o suficiente e digno, observa o referido sindicato.

Segundo o sindicato dos trabalhadores municipal no setor público, a carga horária é de 40 horas semanais para as áreas administrativas. Entretanto, para quem trabalha de plantão como, guarda municipal e as que trabalham na área da saúde como

as enfermeiras, têm a carga horária diferenciada. Com relação à faixa etária das trabalhadoras, a informação é de que em média de 29 anos de idade e em sua grande maioria, elas são casadas. Há ainda registros de mulheres trabalhando em campo, tradicionalmente masculinos, segundo o sindicato, como, por exemplo, guarda municipal, gari e mundo da música.

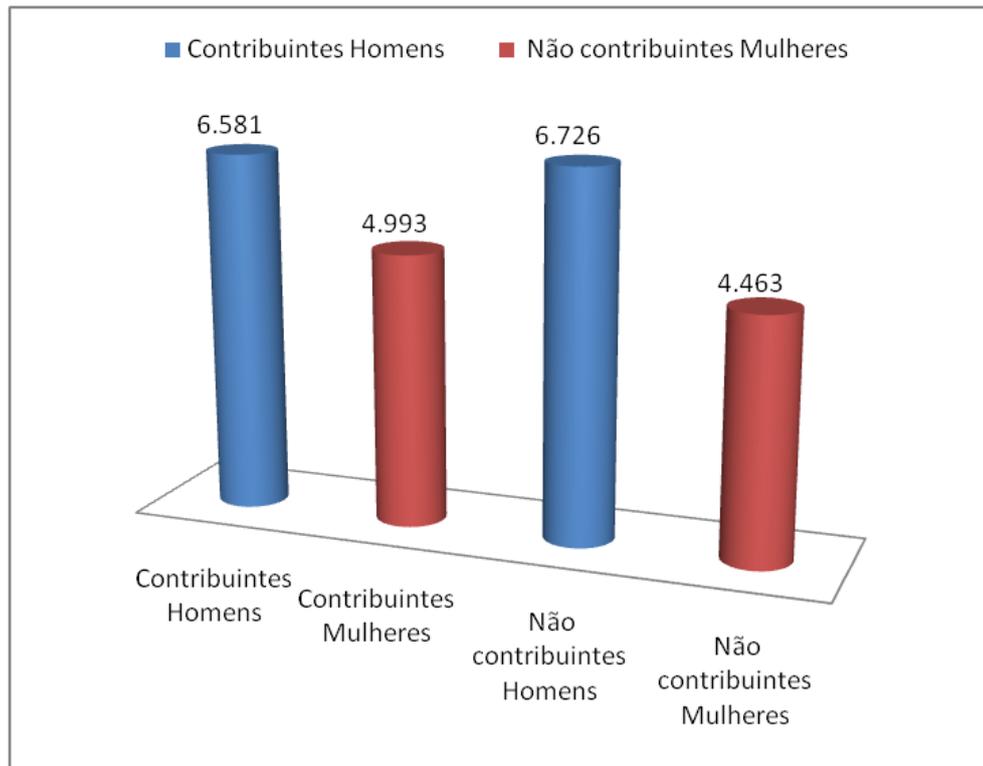
Em relação à participação das mulheres nos grupamentos de atividade apontados pelo IBGE (2010), observou-se que, nos grupamentos que incluem a indústria extrativa, eletricidade e gás, construção, policiais e bombeiros militares, elas são minoria. De acordo com o gráfico nº 6, a participação delas é maior nos grupamentos que incluam a educação, saúde humana e serviços sociais, vendedores do comércio e mercados, domésticas, sendo estes últimos quase maioria absoluta. A pesquisa realizada no sindicato do comércio confirma esses grupamentos em que as mulheres representam a maioria, sendo, portanto as áreas de maior oferta para elas na cidade de Porto Nacional – TO. Entretanto, no setor de construção civil, as mulheres são minoria, conforme demonstra o gráfico 06.

Gráfico 6. Distribuição das atividades segundo o sexo – 2010 em Porto Nacional – TO

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Organizado por Santos e Dias (2016).

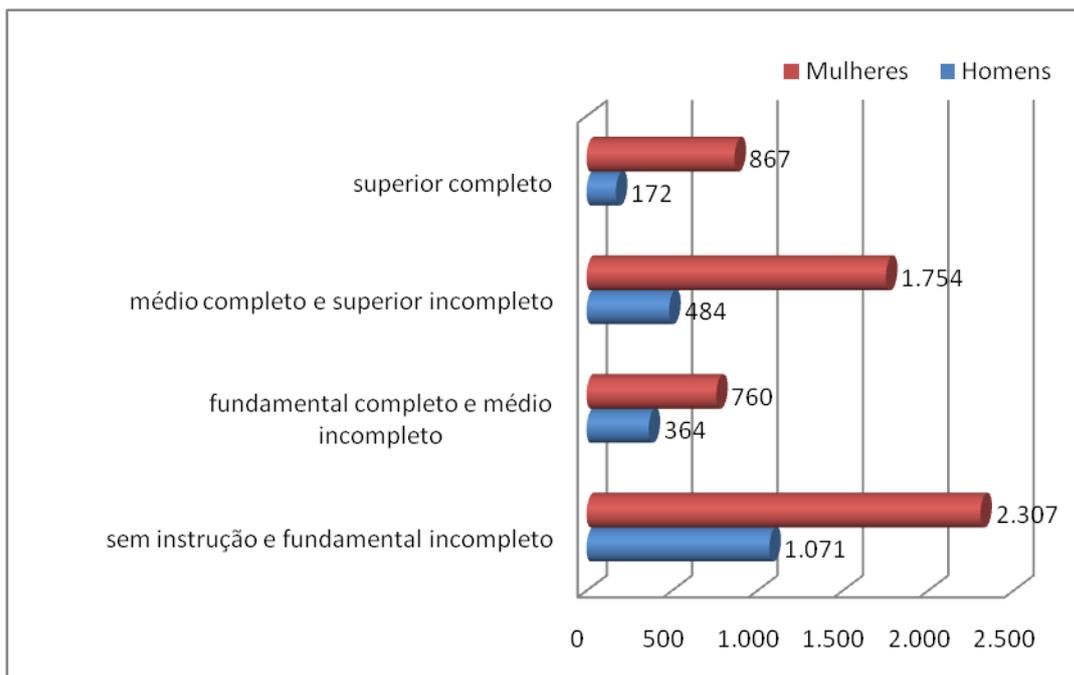
A partir da análise dos dados do IBGE (2010), quanto à proporção de contribuição para a Previdência Social segundo o gênero, tanto a proporção de mulheres contribuintes, quanto a de não contribuintes, são inferiores ao dos homens, ou seja, com um total de cerca de, 6.581 homens contribuintes e 4.993 mulheres contribuintes. A proporção de homens não contribuintes representa 6.726, enquanto o número de mulheres não contribuintes, é de 4.463, como exposto no gráfico nº 7. Esses dados mostram que as mulheres ainda continuam inferiores aos homens no que diz respeito aos trabalhadores que contribuem para a Previdência Social. Segundo o sindicato do comércio de Porto Nacional-TO, por meio de entrevista, foi revelado que, esse número de contribuição das mulheres aumentou, mas ainda continua inferior ao dos homens.

Gráfico 7. Proporção de contribuição para a previdência segundo o gênero.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. . Organizado por Santos e Dias (2016).

De acordo com os dados do IBGE de 2010, o grau de escolaridade entre mulheres e homens no mercado de trabalho, em alguns níveis de escolaridade, as mulheres representam o maior número que os homens, sobretudo, nos níveis sem instrução e ensino fundamental incompleto, médio completo e superior incompleto. No quesito escolaridade de ensino superior completo as mulheres são maioria, como o gráfico nº 8, expõe a seguir.

Gráfico 8. Proporção de escolaridade segundo o gênero – 2010 - Porto Nacional – TO

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. . Organizado Santos e Dias (2016).

Segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano de 2013, a renda per capita média de Porto Nacional cresceu 100,23% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 310,20, em 1991, para R\$ 375,93, em 2000, e para R\$ 621,10, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 3,72%. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 43,94%, em 1991, para 37,54%, em 2000, e para 13,79%, em 2010. A dinâmica da desigualdade de renda nesses dois períodos houve uma redução ligeiramente perceptível, conforme demonstra o quadro nº 02.

Quadro 02. Dinâmica do índice de desigualdade de renda – Gini entre 1991 e 2010.

1991	2000	2010
0,58	0,60	0,54

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano (2013). PNUD, IPEA e FJP. Organizado por Santos (2016).

Entretanto, no que diz respeito aos dados registrados sobre o rendimento mensal entre homens e mulheres, apontam uma situação desanimadora para o ano de

2010. De acordo com os dados do quadro nº 03, podemos perceber que a medida que aumenta a renda nominal mensal baseada no salário mínimo, a tendência é que o contingente demográfico dos homens aumenta. Enquanto que no diz respeito ao rendimento mensal das mulheres, a tendência é a mesma, mas não proporcionalmente a renda nominal mensal dos homens, no quesito de mais de 1 a 2 salários mínimos. O que se percebe é que à medida que aumenta a renda, o número de mulheres diminui. Este fato sinaliza que os maiores salários pagos são destinados ao público masculino.

Quadro 03. Resultados da Amostra - Rendimento: Pessoas de 10 anos ou mais de idade com Classes de rendimento nominal mensal em 2010 em Porto Nacional-TO.

De até 1/4 de salário mínimo	Homens - 610	Mulheres - 1.680
De mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	Homens - 432	Mulheres - 1.024
De mais de 1 a 2 salários mínimos	Homens - 4.221	Mulheres - 2.679

Fonte: Censo Demográfico 2010: Tocantins, amostragem por municípios. Organizado por Santos (2016).

Segundo dados do relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 12,70% trabalhavam no setor agropecuário, 0,10% na indústria extrativa, 5,46% na indústria de transformação, 9,76% no setor de construção, 0,83% nos setores de utilidade pública, 13,49% no comércio e 46,70% no setor de serviços. A cidade de Porto Nacional ainda tem uma economia baseada no setor comercial e de prestação de serviços, portanto, contribuindo para o maior número de trabalhadores nestes setores.

Considerações finais

Foi possível constatar que os diferentes tipos de poderes determinam as situações de emprego bastante diferenciadas para homens e mulheres que refletem na reprodução de desigualdades entre as categorias de gênero. Nesse contexto, o trabalho expõe a categoria de gênero como uma possibilidade de compreender as relações de poder que permeiam as discussões sobre o emprego e gênero. As relações de poder indicam uma situação de inferioridade e desigualdade de gênero perante as várias situações do mercado de trabalho em Porto Nacional-TO.

Diante do exposto pode-se observar que o conceito de território e gênero é indispensável para entender a formação territorial do emprego e gênero em Porto Nacional – TO. Este conceito se apresenta como uma base teórico-metodológica que viabiliza o entendimento sobre as relações de poder e sobre a dinâmica do território do emprego. Foi importante elaborar uma abordagem teórica sobre as relações de poder para ter uma ideia sobre a dinâmica do emprego e gênero.

Do ponto de vista da análise dos dados empíricos trabalhados pode-se perceber que a mulher ainda é uma categoria social no mercado de trabalho que não tem as mesmas condições de igualdade perante ao homem quando se trata da remuneração e das condições de trabalho. Os dados analisados revelam que a territorialidade do mercado de trabalho do gênero feminino, tem pela frente um grande desafio para ter os mesmos padrões de igualdade ao gênero masculino em Porto Nacional-TO.

A academia através das pesquisas e do envolvimento da Universidade pública a esses desafios terá que mobilizar juntamente com os diversos segmentos sociais que representam o mundo feminino, para a busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Essa mobilização pode ser instrumentalizada a partir das discussões teóricas nos vários canais de comunicação e nas pesquisas científicas, que possibilitarão verificar e constatar a realidade social da mulher portuense no mercado de trabalho. Quando se constata um problema social, é responsabilidade dos pesquisadores de compreender e apontar possíveis medidas que busquem amenizá-lo.

Referências

Atlas de Desenvolvimento Humano, 2013. PNUD, IPEA e FJP. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013>. Acesso em março de 2016.

COSTA, Carmem Lúcia. Geografia, Gênero, Trabalho e Vida Cotidiana: algumas reflexões sobre as trabalhadoras da educação em Goiás. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1381953909_ARQUIVO_Geografia_Genero_Trabalho_e_Vida_Cotidiana.pdf. acesso março de 2016.

FERNANDES, Mônica Aparecida. A inserção da mulher no mercado de trabalho: um estudo sob a perspectiva da Psicologia. **Revista Gestão & Conhecimento**, Poços de Caldas, jan./dez. 2013. Disponível em

https://www.pucpcaldas.br/graduacao/administracao/revista/artigos/v2013/Artigo01_2013.pdf. Acesso em março de 2016.

GARCIA, Maria F. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. 2004. 227f. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP, Presidente Prudente, 2004.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 14 ed., 2006.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2004.

IBGE. Censo Demográfico de 2010.

OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti de; BELCHIOR, João Raposo. Emprego em TICs e gênero no ramo de informática: uma primeira exploração. **Ciências Sociais Unisinos**. Volume 45, número 1, jan/abr 2009. Disponível em file:///C:/Users/Usuario/Downloads/4882-15798-1-SM%20(1).pdf. Acesso em fevereiro de 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
SAFFIOTI, H. Gênero e patriarcado: violência contra as mulheres. In: VENTURINI, G (Org). **A mulher brasileira no espaço público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, jul-dez. 1995. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1840746/mod_resource/content/0/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em janeiro de 2016.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 44, p 117-134, jul./dez. 2007. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12612>. Acesso em março de 2016.

SOUZA, M. L. de. O território sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia, conceitos e temas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

Sobre o autor

Roberto de Souza Santos

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso- Campus de Rondonópolis (1993), mestrado em Planejamento Urbano pela Universidade de Brasília (1999) e doutorado em GEOGRAFIA pelo Instituto de Geociências, UNESP, Rio Claro, SP (2006). Concluiu o curso de doutorado em 16 de maio de 2006. É Pós-doutor pela Instituto de Estudos Socioambientais - Programa de Pós-graduação do curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás - Goiânia concluído em 2013. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: produção do espaço geográfico, educação e espaço geográfico, meio ambiente, sociedade-natureza, urbanização; correntes do pensamento geográfico. É professor Adjunto IV, professor do Mestrado em Geografia na UFT - Campus Porto Nacional e no curso de Geografia de Porto Nacional-TO/UFT.

Sobre a autora

Tatieli Pereira Dias

Aluna do Curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins – Campus Porto Nacional.

Artigo Recebido em Outubro de 2017.

Artigo aceito para publicação em Dezembro de 2017.